



AULA DE HOJE

- Princípios, Garantias, Deveres Constitucionais do Ministério Público. Princípios Constitucionais e Princípios Institucionais do Ministério Público. Atribuições Constitucionais do Ministério Público. Modelo Constitucional do Ministério Público. Funções Institucionais do Ministério Público. Expedição de notificações e requisições de informações e documentos. Instrumentos de atuação: Procedimentos de investigação. Inquérito civil. Termos de compromisso de ajustamento de conduta. Notificações recomendatórias. Audiência pública.

1. O Ministério Público Brasileiro e seu perfil constitucional. Evolução

- 1.1. Ausência de elemento nítido de identificação
- 1.2. Advocacia do Estado e da sociedade
- 1.3. Alteração do perfil com a Constituição de 1988: advocacia da sociedade e implementação de instrumentais de atuação
-
- 2. Definição Constitucional (art. 127 da CF/88)
- *“Art. 127. O Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis”*

2. Definição Constitucional. Elementos

— Instituição permanente

- . Ministério Público inerente ao Estado Democrático de Direito
- . Limitação ao poder constituinte derivado
- . Expressão de soberania do Estado

— Essencial à função jurisdicional do Estado

- . Funções exercidas independentemente da prestação jurisdicional (Ex: inquérito civil)
- . Ministério Público não oficia em todos os feitos judiciais
- . Atuação junto ao Poder Legislativo e Poder Executivo

2. Definição Constitucional. Elementos

– Defesa da ordem pública

- . Conjunto de valores, princípios e normas que se pretende sejam observados em uma sociedade.
- . Sentido formal e sentido material.
- . Relação conteúdo/continente em relação à ordem jurídica (como custos legis e órgão agente

– Defesa do regime democrático

- . Regime totalitário não dispõe de instrumentos legais para atuação do MP
- . Cumprimento da lei é condição para a liberdade das pessoas

– Defesa dos interesses sociais e individuais indisponíveis

- . Tutela do interesse público primário
- . Destinatário é o bem geral, a coletividade, a sociedade ou o indivíduo que necessitar da proteção especial do Estado (interesses individuais indisponíveis).
- . Os interesses sociais são os interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos.

3. Princípios Institucionais do Ministério Público

- . Bases estruturais de suas atribuições, destinados à realização de sua atividade fim
- . O fundamento jurídico desses princípios é o interesse público
-

3.1. Unidade

- . Ações individuais se voltam a atingir às finalidades do MP como um todo único.
- . Comunhão de objetivos e finalidades
- . Não se confunde unidade funcional com unidade orgânica
 - # Forma federativa adotada pelo Brasil reflete-se na distribuição de competências do Poder Público
 - # Unidade plena apenas em cada ramo da Instituição

3. Princípios Institucionais do Ministério Público

3.2. Indivisibilidade

- . Possibilita substituição dos *membros sem alteração subjetiva na relação processual*.
- . Substituição não pode ser arbitrária – lesão ao princípio do promotor natural

3.3. Independência funcional

- . Não se pode impor procedimento funcional (as recomendações não possuem caráter normativo ou vinculativo)
- . Proteção em face de pressões, externas e internas, incompatíveis com os objetivos da instituição
- . Não se confunde com arbítrio ou agir incontrolado
- . Discricionariedade só é admitida quando a própria lei lhe permita agir sob critérios de oportunidade e conveniência, sob pena de violação do princípio da obrigatoriedade (ou indisponibilidade do interesse público (por omissão ou por ação)

4. Ramificações do MP brasileiro. Primeiras noções sobre o MPT

- **Ramificações**
- **Evolução histórico-legislativa do Ministério Público do Trabalho (CLT, Lei n. 1341/51 (MPT passa a integrar o MPU), CF/88 e LC 75/93)**
- **Concurso público. Posse e exercício. Particularidades da carreira (atuação dos órgãos lotados na PGT, PRTs e PTMs). Promoções (antiguidade e merecimento).**

5. Garantias, prerrogativas e vedações

- **5.1. Diferenças entre garantias e prerrogativas**
- **Garantias** são atributos que se destinam a assegurar o **livre exercício das funções**. Podem ser da **pessoa ou do órgão**.
 - **Garantias do órgão** (promotor natural e a independência funcional)
 - **Garantias da pessoa** (vitaliciedade, a inamovibilidade e a irredutibilidade de vencimentos).
- **Prerrogativas** - atributos do agente público **inerentes ao cargo** (uso de vestes talares, assento à direita do órgão jurisdicional que preside o Pleno, a Turma ou a Seção)
- *Excepcionalmente há algumas prerrogativas que também são garantias (intimação pessoal, prazos em dobro para recorrer) - asseguram o livre exercício das funções do MP

6. As garantias do Ministério Público do Trabalho

- **6.1. Vitaliciedade**
 - - após 2 anos de efetivo exercício - só poderão ser demitidos por decisão judicial transitada em julgado.
 - - **Durante o estágio probatório** – possibilidade de exoneração por processo administrativo
 - # Negligenciada pela Administração do órgão a realização da avaliação de desempenho, ultrapassado o biênio do estágio probatório, decai o seu direito de exonerar, via processo administrativo
- **6.2. Inamovibilidade**
 - Promoção ou remoção somente mediante **requerimento de sua iniciativa**
 - #**Exceção: motivo de interesse público** (decisão do órgão colegiado competente do Ministério Público - **maioria absoluta, assegurada ampla defesa**)

6. As garantias do Ministério Público do Trabalho

- **6.3. Irredutibilidade de subsídios**
 - . Condições dignas para que não se comprometa o ofício em barganhas remuneratórias
- **. Garantia real ou apenas do valor nominal?**
 - . **Doutrina majoritária – REAL** - art. 37, X, garante a revisão geral anual, sempre na mesma data e sem distinção de índices
 - . **Jurisprudência Constitucional – NOMINAL**- STF, AI-AgR 283302/DF. Rel. Min. Sidney Sanches, julgado em 20/08/2002

7. Prerrogativas do cargo (art. 17 e ss. da LC 75/1993)

- - Intimação pessoal e nos autos em qualquer processo e grau de jurisdição nos feitos em que officiar;
- - Usar vestes talares;
- - Ingresso e trânsito livres, em razão de serviço, em qualquer recinto público ou privado, respeitada a garantia constitucional da inviolabilidade do domicílio;
- - Prioridade em qualquer serviço de transporte ou comunicação, público ou privado, no território nacional, quando em serviço de caráter urgente;
- - Porte de arma, independentemente de autorização;
- - Membro do Ministério Público da União que officie perante tribunais, ser processado e julgado, nos crimes comuns e de responsabilidade, pelo Superior Tribunal de Justiça;
- - Membro que não officia perante Tribunais - deverá ser processado e julgado, nos crimes comuns e de responsabilidade, pelos Tribunais Regionais Federais, ressalvada a competência da Justiça Eleitoral
- - Quando arrolado como testemunha em um processo, ou inquérito deverá ser ouvido em dia, hora e local previamente ajustados com o magistrado ou a autoridade competente

8. Vedações

- **8.1. Exercício da advocacia**
- - Lei Complementar n.º 75/93 (art. 237, inciso II) - **proibição total** ao exercício da advocacia (sequer a advocacia em causa própria).
- - **Regra de transição: ADCT - art. 29, § 3º CF/88** - Membro do MP admitido antes da promulgação da Constituição poderia optar pelo regime anterior no que respeita às garantias e vantagens, observando-se, quanto às vedações, a situação jurídica na data desta.
- Limites: CNMP - Resolução n. 8/2006 (alterada pela Resolução n. 16/2007) – **vedado o exercício nas causas em que, por força de lei ou em face do interesse público, esteja prevista a atuação do MP , por qualquer dos seus órgãos e ramos** (Ministérios Públicos dos Estados e da União).

8. Vedações

- **8.2. Exercício de outra função pública, salvo uma de magistério**
- - **Regra Geral:** só será permitido o exercício da docência ao membro se houver **compatibilidade de horário** com o do exercício das funções ministeriais.
- - **Regras específicas:**
 - . Vedada a dedicação exclusiva
 - . Resolução CSMPT 107/2012 e Resolução CNMP 73/2011 - magistério, público ou particular, poderá ser exercido pelo membro por, no máximo, **20 h aula semanais** (em sala de aula).
 - . **Vedado o exercício de cargo ou função de direção nas entidades de ensino** (não é considerado exercício de magistério), sendo vedado aos membros do MP, **salvo se exercida em curso ou escola de aperfeiçoamento do MPU** ou aqueles mantidos por associações de classe ou fundações a ele vinculadas estatutariamente(desde que essas atividades não sejam remuneradas).

8. Vedações

- **8.3. Exercício de atividade político-partidária (vedação total)**
 - - Sofreu uma considerável modificação pela EC 45. Anteriormente aos membros do Ministério Público era proibido o exercício de atividade político-partidária, *salvo exceções previstas em lei*
 - - Membro do MPT que, ingressando após a CF/1988, queira se candidatar, não poderá alegar direito adquirido ao regime anterior, porque **não há regra de transição na EC n. 45.**
- **8.4. Receber, a qualquer título ou pretexto, auxílios ou contribuições de pessoas físicas, entidades públicas ou privadas, ressalvadas as exceções previstas em lei**
 - - Evitar o “patrocínio” dissimulado, sobretudo no caso de consultoria jurídica dissimulada.

8. Vedações

- **8.5. Participar de sociedade comercial, na forma da lei**
 - - LONMP - Lei 8625/93 - art. 44, III
 - - o que se veda ao membro do MPT é ter poderes de administração em sociedade comercial – pode ser sócio , desde que seja apenas investidor (cotista ou acionista)
- **8.6. Receber, a qualquer título e sob qualquer pretexto, honorários, percentagens ou custas processuais**
- **8.7. "Quarentena" do ex-membro do Ministério Público do Trabalho**
 - *Art. 128, § 6º – “Aplica-se aos membros do Ministério Público o disposto no art. 95, parágrafo único, V”.*
 - *Art. 95, parágrafo único, inciso V, da Constituição Federal, sobre a vedação ao exercício da “advocacia no juízo ou tribunal do qual se afastou, antes de decorridos 3 anos do afastamento do cargo por aposentadoria ou exoneração” (texto inserido pela EC nº 45).*
 - **OBJETIVO:** evitar que o ex-membro do MP se aproveite da situação e do *status* que possuía naquele foro ou tribunal, de modo a conseguir “favores” ou privilégios.

9. Unidades de administração e lotação do MPT

- Heterogenia histórica da estrutura administrativa do MP brasileiro
- Correção de rumo: Lei n. 13.024/2014, secundada pelo ato conjunto PGR/CASMPU n. 01/2014, regulamentou a estrutura básica das unidades de lotação e de administração dos ramos do Ministério Público da União, nela incluída a do Ministério Público do Trabalho.
- **Ofício** = menor unidade de atuação funcional individual no âmbito do MP.
- **8.1. A Procuradoria Geral do Trabalho**
- **8.2. Procuradorias Regionais do Trabalho**
- O Procurador Chefe da Procuradoria Regional do Trabalho - – designado por Portaria do PGT (art. 91, VI, da LC 75/93)
- **8.3. Procuradorias do Trabalho em Municípios**
- **Coordenador (responsável) de PTM – designado por Portaria do PGT (art. 91, XXI da LC 75/93)**
-

10. Órgãos do MPT

- **10.1. O Procurador-Geral do Trabalho**

- Nomeado pelo PGR, dentre integrantes do MPT com mais de 35 anos e 05 anos de carreira (mandato de dois anos permitida uma recondução).

- **10.2. O Conselho Superior do MPT**

- . **Órgão** máximo de **deliberação** do Ministério Público do Trabalho.
- . Exerce o **papel normativo** que pauta as ações do MPT.
- . **Avalia** a atuação dos **Membros** e toma providências, quando necessário.
- . Composição: 10 Membros, todos Subprocuradores-Gerais, sob a presidência do Procurador-Geral do Trabalho.

- **10.3. A Câmara de Coordenação e Revisão**

- **Promove a integração e coordenação** dos órgãos do MPT.
- Realiza a **revisão da atividade funcional**;
- **Encaminha**, quando necessário, **informações técnico-jurídicas** aos órgãos do MPT;
- **Decide os conflitos de atribuições** entre os órgãos e resolve sobre a distribuição especial de procedimentos;
- Composição: 3 titulares e 3 suplentes. São designados pelo Conselho Superior do MPT e pelo PGT (indica um dos membros e seu coordenador – art. 91, IV da LC 75/93). **Preferencialmente os seus membros devem ser Subprocuradores-Gerais do Trabalho**, à exceção do Coordenador que **só pode ser do último cargo da carreira (art. 108, II)**.

10. Órgãos do MPT

- **10.4. Corregedoria-Geral do MPT**
 - Função fiscalizatória
 - Correições ordinárias e extraordinárias
- **10.5. Colégio de Procuradores**
 - Função deliberativa
- **10.6 Ouvidoria**
 - Função auxiliar
 - Objetiva dar efetividade, manter e aprimorar um padrão de excelência nos serviços e atividades públicas desempenhadas

11. Atuação judicial e extrajudicial do MPT

11.1. Atuação judicial

- - **Fiscal da lei nas causas em que houver interesse público**
- . Natureza da lide ou qualidade da parte. Intervenção **obrigatória** ou **facultativa**.
- . **O que é intervir?**
- . Casos de intervenção obrigatória: PJDP, Estado Estrangeiro, Org. Internacional, dissídio coletivo, ações civis públicas e coletivas ajuizadas por outros legitimados, demandas em que se detecte interesse público etc.
- - **Órgão agente**
- . Ação Civil Pública, Ação Civil Coletiva, dissídio de greve em atividade essencial, ações cautelares, anulatórias de CCT e ACT, mandado de segurança, mandado de injunção etc.

11. Atuação judicial e extrajudicial do MPT

11.1. Atuação judicial

- - Curador à lide (curatela especial) e curador de incapazes
- . FINALIDADE: Garantir a paridade da relação processual. São elas:
- - Incapaz sem representante legal (não se aplica o art. 9º do CPC, por haver regras específica – art. 793)
- - Colisão de interesses entre representante e representado (indisponibilidade de interesses dos incapazes)
- - Réu preso (legitimação extraordinária concorrente)
- - Réu revel citado por edital (indisponibilidade da ampla defesa e do contraditório)
- **QUESTÃO PARA DISCUSSÃO: NA ATUAÇÃO COMO CURADOR E COMO ÓRGÃO AGENTE O MEMBRO DO MPT DEVE SER IMPARCIAL?**

11. Atuação judicial e extrajudicial do MPT

11.2. Atuação extrajudicial (inquéritos, notificações recomendatórias, mediações, arbitragens (Lei Complementar nº 75/93, art. 83, inciso XI – Resolução 44 do CSMPT – individuais ou coletivas), promoção de interesses por meio de audiências públicas, etc.)

11.2.1. O inquérito civil (art. 129, III da CF/88 c/c Lei Complementar 75/93 e Resolução CSMPT 069/2007 e suas posteriores alterações)

- **A peça informativa de origem**
- . Amplitude de origem justifica a existência de investigações prévias – dúvida sobre justa causa para instaurar IC.

Legitimidade para instauração

- . Privativo do MPT
- . Presidência do IC conforme lei de organização local da instituição (a situação das PTMs)
- . Se há atribuição para mais de um órgão – distribuição (promotor natural)
- . Conflitos de atribuição – CCR (art. 103, VI da LC 75/93).

11.2.1. O inquérito civil

- Natureza jurídica

- . Procedimento administrativo de natureza inquisitiva
- . Objetivo principal - busca de elementos de convicção
- . Objetivos secundários: expedição de recomendações, firmar TCAC, realizar audiências públicas etc.

11.2.1. O inquérito civil

- - Fases do inquérito civil

- Fase de instauração (princípio da indisponibilidade)
- Fase de instrução

Poderes do membro do MPT na direção do procedimento (art. 8º, LC 75/93).

- **UM CASO ESPECIAL:** - expedir notificações e condução coercitiva
- **Lei 8.625/93** - art. 26, I, “a”, autoriza a expedição de notificações para a colheita de ‘depoimento’, sob pena de condução coercitiva
- . Ao investigado são asseguradas as garantias fundamentais de não autoincriminação (art. 5º, LXIII e direito de não produzir prova contra si - no art. 8º, II, “g”, do Pacto de São José da Costa Rica)
- **STF:** direito ao silêncio não se confunde com obrigatoriedade do comparecimento.

Prazos: Resolução CSMPT 069/2007. Natureza jurídica dos prazos do art. 2º, § 9º (PP), e dos arts. 5º (instauração) e 9º (conclusão). São próprios ou **impróprios**?

- Fase de conclusão

11.2.1. O inquérito civil

— Valoração das provas em juízo.

- . Regra geral: aceitação sem ressalvas e presunção de validade.
- . A Importância do contraditório
- . Procedimento inquisitorial (combinado com a mitigação da publicidade – sigilo legal e prejuízo à investigação) imprescindível para certos meios de prova (oitivas sigilosas, requisição de documentos, inspeções e provas técnicas)
-

— Papel do advogado no inquérito civil.

- . A diferença entre processo e procedimento (o art. 7º, XV do Estatuto da OAB)
- . A desigualdade que pode ser gerada a partir do acesso indiscriminado às peças do Inquérito Civil.
- . Vedação à carga dos autos (art. 7º, § 3º da Resolução CSMPT 69/2007).
- . Possibilidade de vista dos autos (qualquer restrição necessita ser fundamentada)

• Controle de legalidade pelo Poder Judiciário

- . Possibilidade de uso de garantias legais e constitucionais (mandado de segurança, habeas corpus etc.).
- . Princípios da incolumidade do separável (vícios não se comunicam para a ação judicial)

11.2.1. O inquérito civil

- Vias de extinção

- **Ajuizamento de ação coletiva** (ACP ou ACC, entre outras medidas judiciais)
- **Arquivamento por falta de provas de ilicitude** – envio para homologação na CCR (art. 9º LACP c/c art. 103, I, da LC 75/93 e Resolução 069/2007)
- **Celebração de TCAC**

- Possibilidades de recursos administrativos e contrarrazões (Indeferimento da instauração do inquérito civil e promoção de arquivamento)

- Controle da atuação administrativa do MPT.

- **Externo:** CNMP – recebimento de reclamações (em face do órgão) e controle de legalidade dos atos administrativos (art. 130, § 2º da CF)
- Não alcança os atos relativos à atividade fim do MPT (inquérito civil, procedimento preparatório etc.)
- **Interno:**
 - **Corregedoria** – função disciplinar e correicional
 - **CCR** - observância dos objetivos institucionais do MPT, não vinculando o agir do órgão - permite redistribuição regular do feito a outro órgão.

11.2.1.1. Termo de Ajustamento de Conduta (art. 876 da CLT)

— Origem remota

- . Antecedente: art. 55, par. único da Lei 7.244/84 (Lei dos Juizados de Pequenas Causas)
- . Art. 211 do ECA (autorizava TCAC na tutela de interesses metaindividuais de crianças e adolescentes)
- . Art. 113 do CDC (introduziu § 6º ao art. 5º da LACP – Lei 7347/85)
- . Art. 876 da CLT (redação dada pela Lei n. 9958/2000)
-

— Princípios Informadores

- . Princípio do acesso à justiça
- . Princípio da proporcionalidade (prazos e condições do ajuste)
- . Princípio da tutela preventiva e inibitória (evitar ocorrência de atos ilícitos ou danos)
- . Princípio da tutela específica (recuperação da situação anterior ao ilícito ou dano)
- . Princípio da solução negociada da norma (flexibilização quanto às condições de tempo, modo e lugar de cumprimento da obrigação prevista no TAC)

11.2.1.1. Termo de Ajustamento de Conduta (art. 876 da CLT)

Legitimidade ativa e passiva

- **Ativa:** só os **órgãos públicos**, dentre os legitimados para propor ACP – art. 5º, § 6º, da LACP.
- **Aceitação pacífica:** o Ministério Público, a Defensoria Pública, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios e outros órgãos públicos, ainda que sem personalidade jurídica (Ex: PROCON).
- **Impossibilidade de tomar TAC:** associações civis, sindicatos, fundações privadas.
- Controvérsia na doutrina e na jurisprudência: **autarquias, fundações públicas** (legitimidade predominantemente admitida), **empresas públicas e sociedades de economia mista** (legitimidade predominantemente rejeitada).
- **Passiva:** todos têm legitimidade para figurar como compromissados.

11.2.1.1. Termo de Ajustamento de Conduta (art. 876 da CLT)

– Natureza jurídica

- . Dificuldade de enquadramento nas categorias jurídicas concebidas pelo direito civil clássico (não há disposição, nem concessões recíprocas sobre o interesse material)
- . **Ato jurídico administrativo bilateral em relação à vontade e unilateral em relação à onerosidade das obrigações (materiais) nele assumidas.**
- . **QUESTÃO PARA DISCUSSÃO: QUAL A NATUREZA JURÍDICA DA DECISÃO QUE EXTINGUE O PROCESSO COM JULGAMENTO DO MÉRITO EM VIRTUDE DO TCAC FIRMADO? TRANSAÇÃO?**
- - Necessidade de interesse jurídico dotado de disponibilidade
- - Indisponibilidade do interesse material
- - A disponibilidade do interesse processual pelo MPT (limitação do seu poder de atuação ao abdicar do interesse de agir na ACP e limita seus efeitos às obrigações consignadas no TAC). A independência funcional como fundamento.

11.2.1.1. Termo de Ajustamento de Conduta (art. 876 da CLT)

– Pena pecuniária e destinatários do valor arrecadado (art. 13 LACP)

- . Obrigações de fazer e não fazer: astreinte
- . Obrigações de dar (ou de pagar): cláusula penal
- . Prestações alternativas
 - . Destinação de recursos de pena pecuniária por descumprimento de TAC só pode sofrer restrição por lei, cuja reserva recai sob o poder legislativo federal(art. 22 CF/88):
 - *Compete privativamente à União legislar sobre: I – direito civil, comercial, penal, processual, eleitoral, agrário, marítimo, aeronáutico, espacial e do trabalho;*
- Diretrizes da CCR do MPT
 - . Criação de cadastro de possíveis beneficiários
 - . Evitar a reversão da pena pecuniária em prol do MPT e demais órgãos de fiscalização (SRTE, Polícias e a própria Justiça do Trabalho etc.)
- **Eficácia imediata do título executivo extrajudicial e casos de termos suspensivos** (renúncia durante certo lapso temporal do interesse processual)

11.2.1.2. Notificação Recomendatória

- **Conceito:**

Ato de comunicação visando à **melhoria dos serviços públicos e de relevância pública**, bem como ao respeito dos interesses, direitos e bens cuja defesa caiba ao MP promover, preferencialmente quando estes sejam **passíveis de múltiplas interpretações**. Ex: cota de PCD em certas atividades.

11.2.1.2. Notificação Recomendatória

- **Fundamento constitucional e infraconstitucional**
- **Plano Constitucional: art. 129 CF/88** - “São funções institucionais do Ministério Público: (...) IX - exercer *outras funções que lhe forem conferidas, desde que compatíveis com sua finalidade*, sendo-lhe vedada a representação judicial e a consultoria jurídica de entidades públicas”.
- **Plano infraconstitucional:**
 - # Lei 8.625/93, art. 27, parágrafo único, inciso IV: Art. 27. Parágrafo único. No exercício das atribuições a que se refere este artigo, **cabe ao Ministério Público, entre outras providências: (...) IV - promover audiências públicas e emitir relatórios, anual ou especiais, e recomendações dirigidas aos órgãos e entidades** mencionadas no caput deste artigo, requisitando ao destinatário sua divulgação adequada imediata, assim como resposta por escrito.
 - #Lei Complementar 75/93 – arts. 2º e 8º (indiretamente) e expressamente garantida no art. 6º, XX.
 - Art. 6º **Compete ao Ministério Público da União: (...)XX - expedir recomendações. visando à melhoria dos serviços públicos e de relevância pública.** bem como ao respeito aos interesses, direitos e bens cuja defesa lhe cabe promover, fixando prazo razoável para adoção das providências cabíveis.

11.2.1.2. Notificação Recomendatória

Características:

- . Dotada de caráter vinculativo mínimo
- . Quanto a sua natureza jurídica - Ato enunciativo de efeito concreto
- . Finalidade é **esclarecer posição do MPT sobre certos temas** e instar a que se observe a conduta na forma prevista. Daí, em regra, como já dito, **não ter sanção**.
- . A recomendação não necessita do inquérito civil ou de outro procedimento administrativo para ser expedida, desde que o fato gerador tenha sua existência validada por meio confiável.
- . Sujeito passivo da notificação recomendatória pode ser qualquer um (ex: outros ramos do MP ou órgãos do Poder Judiciário)

11.2.1.2. Notificação Recomendatória

- **EXISTE MEDIDA JUDICIAL CONTRA A EXPEDIÇÃO DE RECOMENDAÇÃO?**
- **REGRA:** não teria cabimento o mandado de segurança, em regra, para suspender efeito de um ato opinativo que não possui eficácia decisória, sob pena de atribuir a este ato poder decisório, o que seria muito perigoso, pois todas as recomendações passariam a ser obedecidas até uma decisão judicial em sentido contrário.
- **EXCEÇÃO:** quando se desvia de sua finalidade, revelando-se abusiva e com efeitos decisórios sobre seus destinatários, justificável a impetração do mandado de segurança.

11.2.1.3. Audiência Pública

- **Conceito**

- . Instrumento do diálogo com a sociedade na busca de soluções para as demandas sociais.

- **Objetivos**

- . Coleta de dados junto aos atores sociais;
- . Produção de atos legítimos, em que se possibilite aos particulares apresentar argumentos anteriormente à decisão adotada pelo MP em relação ao tema;
- . Apenas de forma reflexa pode ser visto como instrumento de controle da atuação do MP

- **Fundamento constitucional e infraconstitucional**

- **Plano Constitucional**: art. 129 CF/88

- **Plano infraconstitucional**:

- # Lei 8.625/93, art. 27, parágrafo único, inciso IV: *Art. 27. Parágrafo único. No exercício das atribuições a que se refere este artigo, **cabe ao Ministério Público, entre outras providências: (...) IV - promover audiências públicas (...).***
- # Lei n. 9.784/99 – regula o processo administrativo no âmbito da administração pública federal e define parâmetros básicos do procedimento de uma audiência pública.

11.2.1.3. Audiência Pública

- **Princípios informadores**
 - Devido processo legal
 - Princípio da igualdade
 - Princípio da publicidade
 - Princípio da lealdade
 - Princípio da motivação
 - Princípio da prevenção de litígios
 - Princípio da gratuidade

11.2.1.3. Audiência Pública

- **Fluxograma**

- Identificação do problema
- Identificação dos interessados
- Ampla divulgação, com prazo de antecedência razoável, sobre a audiência que será realizada
- Explicitação das regras da audiência pública (ordem e tempo de manifestação, direito a réplica, direito de juntar documentos etc.)
- Audiência dos interessados conforme as regras previamente determinadas, lavrando-se a ata
- Divulgação do resultado da audiência